



A Evolução dos Institutos Federais como Espaços de Promoção para a Diversidade e Inclusão

Italanei Oliveira Fernandes¹

RESUMO: Os Institutos Federais são instituições de ensino que oferecem cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, com foco na formação profissional e tecnológica. Um dos diferenciais dos Institutos Federais é o currículo integrado, que combina a formação geral e a específica, buscando desenvolver as competências e habilidades dos estudantes para o mundo do trabalho e para a cidadania. Além disso, os Institutos Federais têm como missão promover a diversidade e a inclusão, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades de cada indivíduo. Esse artigo tem por objetivo falar sobre a contribuição dos Institutos Federais para o desenvolvimento social das regiões onde atuam, o currículo integrado e a relevância da política de diversidade e inclusão para a aceitação das diferenças na educação profissional, pautada no tripé do ensino, pesquisa e extensão. A metodologia utilizada será de base bibliográfica, a partir dos documentos institucionais, atendendo assim ao que se propõe a escrita, refletir sobre a evolução dos Institutos Federais como espaços de promoção da diversidade e inclusão.

Palavras-chave: Currículo Integrado. Desenvolvimento Regional. Diversidade e Inclusão.

ABSTRACT: The Federal Institutes are educational institutions that offer technical, higher and postgraduate courses, with a focus on professional and technological training. One of the distinguishing features of the Federal Institutes is the integrated curriculum, which combines general and specific training, seeking to develop students' skills and abilities for the world of work and citizenship. In addition, the Federal Institutes' mission is to promote diversity and inclusion, respecting differences and valuing the potential of each individual. The aim of this article is to talk about the contribution of the Federal Institutes to the social development of the regions where

¹ Doutoranda em Letras pelo PPGL (Programa de letras, linguagens e representações pela UESC com ingresso em março de 2022). Mestre em Práticas de Educação Básica pelo consórcio de educação Dom Pedro II - COFAPE, Colégios e Faculdades Integradas em 2017. Pós Graduada pela FACINTER, Faculdade Internacional de Curitiba em 2010. Graduada em Letras com habilitação em espanhol, pela UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz em 2006). Servidora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Uruçuca desde novembro de 2012. Membro do GENI, Grupo de estudos de gênero e diversidade, e do GEDISEX IFBaiano, grupo de pesquisa cadastrado no diretório do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840080144339598>, email: itaifbaiano@gmail.com.



they operate, the integrated curriculum and the relevance of the diversity and inclusion policy for the acceptance of differences in professional education, based on the tripod of teaching, research and extension. The methodology used will be bibliographical, based on institutional documents, thus meeting the aim of the article, to reflect on the evolution of the Federal Institutes as spaces for promoting diversity and inclusion.

Keywords: Integrated Curriculum. Regional Development. Diversity and Inclusion.

1 INTRODUÇÃO:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade, como constatado na lei de criação das referidas instituições: lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Com a característica de promover a cultura, a sociedade, a educação, e as relações entre a Instituição e a região onde estão inseridos, os Institutos Federais podem colaborar com a diminuição das desigualdades sociais e regionais, além de constituírem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional.

Para tanto, é preciso compreender a Educação Profissional e Tecnológica não apenas como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, mergulhando no contexto local, estimulando os sujeitos a extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido, para assim compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus, de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento da comunidade onde estiver inserido.

Os Institutos Federais revelam-se valiosos instrumentos para a mudança da qualidade de vida da sociedade quando reconhecem que o desenvolvimento local, regional ou nacional. No que diz respeito à questão social, são fundamentais para o



domínio e da produção de conhecimento, para a formação de cidadãos como agentes políticos, capazes de agir e pensar criticamente. Revelam-se, portanto, espaços privilegiados para a construção e democratização do conhecimento, caminho imprescindível para a construção de um mundo possível para estudantes com realidades diversas, que ao ingressar em um Instituto federal terão oportunidades únicas, sendo em muitos casos o primeiro ou único de sua família a alcançar essa oportunidade.

2 A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS REGIÕES ONDE ATUAM:

A comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se fundamental na definição de rumos a serem construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais. Por outro lado, a proposta traz em seu bojo o não autoritarismo de implantação e implementação, mas a crença de que, ao entrar em contato com a cultura de um território, ela altera-se a partir do processo interativo, influenciando na formação do conhecimento científico, pedagógico e tecnológico da região, assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade.

Com a temperança necessária os Institutos federais, quando da definição de suas políticas, devem ter em mente as necessidades regionais, para que dessa forma exerçam verdadeiramente o papel de alavancadores de desenvolvimento, com inclusão social, estimulando mudanças quanto à educação, economia e renda. Uma vez instalado um Campus em determinada região, alguns impactos são observados a partir dessa instalação, podemos citar abertura de novas vagas de emprego, gerando empregos diretos e indiretos, com isso crescimento de renda na região, possibilidade dos estudantes da cidade terem acesso a educação de qualidade, com acesso, além do ensino, à pesquisa e à extensão.

A razão de ser dos Institutos Federais como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do



trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência.

No entanto, mesmo reconhecendo os benefícios de um instituto federal, ainda há muitos desafios, um desses desafios enfrentados pelos Institutos Federais é tornarem-se espaços de referência do estar junto, do coletivo, da troca de sentidos, enfim, de relações de negociações de sentidos que vão além do espaço institucional. Ao ver-se como lugar de diálogo, cada instituto amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual está inserido, passando a ser o campo de negociação entre o local e o global, buscando com isso construir uma ponte entre a comunidade e a instituição, de modo a desenvolver a região a partir de uma socialização efetiva e harmoniosa, pensando no crescimento tanto da instituição, quanto da região.

Essa ligação entre o território e a Instituição colabora para o desenvolvimento local e regional, de modo a promover mudanças sociais, econômicas, culturais na região, proporcionando a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional, estimulando a permanência de profissionais qualificados na região, potencializando a função social e o engajamento dos Institutos Federais como caminhos para a superação das desigualdades, e na redução das iniquidades sociais e territoriais.

É essencial que se concretize a melhor concordância possível entre os atores sociais do território: Institutos federais, associações comerciais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos dos trabalhadores, poder público municipal e estadual, universidades, etc. Assim, atendendo a missão dos Institutos Federais, de construção de uma nação soberana e democrática, visam colaborar com a construção de um projeto de nação mais igualitária, combatendo as desigualdades estruturais de toda ordem. Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal.



O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. A interferência no local propicia alteração na esfera maior. Eis por que o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento.

Pensar o uso do espaço geossocial conduz à reflexão sobre a territorialidade humana. O território, na perspectiva da análise social, só se torna um conceito a partir de seu uso, isto é, a partir do momento em que é pensado juntamente com atores que dele fazem uso. São esses atores que exercem permanentemente um diálogo com o território usado, diálogo esse que inclui as coisas naturais e socioculturais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

O Brasil conta com aproximadamente setecentos Institutos Federais. Sem incluir as universidades, esse número expressivo reforça a importância dessas Instituições. Enquanto servidora do IF Baiano, uma dessas instituições de educação, ciência e tecnologia da rede federal, vejo diariamente a transformação que uma instituição traz para o espaço onde está instalada, vejo as mudanças nos estudantes e nas famílias, vejo claramente a evolução que essas instituições proporcionam aos espaços, promovendo educação de qualidade, mudando a forma como os estudantes veem a forma de fazer educação, o fato de terem acesso a editais de pesquisa, entender a extensão, fazer visitas técnicas para enriquecer o conhecimento, as políticas de acesso e permanência, as políticas de diversidade e inclusão, tudo isso faz dos Institutos Federais uma rede de excelência, que ao mesmo tempo em que transforma o entorno, transforma a si mesmo.

O IF Baiano contempla os aspectos mencionados visto que é uma instituição considerada multicampi, que conta com uma reitoria e mais quatorze campi, sendo esses distribuídos pelo interior da Bahia, com atuação nas modalidades de ensino e forma de oferta que vão desde o ensino médio a cursos de mestrado. No Plano de Desenvolvimento



Institucional (PDI), há previsão de que os campi atendam à população do município em que estão inseridos em todos os níveis de ensino, atendendo ao tripé do ensino, pesquisa e extensão, tendo um ensino que englobe o sujeito como um todo, que a aprendizagem seja diversa e que prepare o estudante para o mundo do trabalho, e também para a vida acadêmica (essa é uma discussão que tem acontecido dentro da Instituição), uma vez que somos uma instituição de ensino profissional.

O IF Baiano tem por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, com o objetivo de formar cidadãos aptos a atuarem nos diversos setores da economia, dando ênfase ao crescimento socioeconômico local, regional e nacional, de modo a contribuir e consolidar a educação profissional no Estado, preparando os estudantes para o pleno exercício da cidadania pautada na eficiência, eficácia, com base numa gestão democrática, reconhecendo as diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.

Assim como as demais instituições, o IF Baiano também busca favorecer os municípios onde está instalado para que imprimam-se em sua identidade institucional. Essa identidade preza pela inclusão social, pela democratização do ensino, pela expansão, pela qualidade da educação profissional, pela qualidade da formação acadêmica. A Instituição tem conseguido fazer esse papel, dentro das suas limitações, da sua política e da política do país, respeitando as especificidades e o contexto de cada campus, posto que cada campus possui origens distintas, cada um terá uma configuração e realidade diferentes do outro, o que faz da instituição ser ampla e plural.

3 O CURRÍCULO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS:

No Instituto Federal, o currículo representa os conhecimentos escolares e o conjunto das experiências de aprendizagem que visam à apropriação e à reconstrução desses conhecimentos. O processo de seleção e organização dos conteúdos e das atividades de aprendizagem são aspectos fundamentais na proposta curricular que traduzem o projeto político pedagógico institucional.

O currículo é a concretização da concepção, escolhas e posicionamento da



Instituição frente à cultura produzida socialmente. Desse modo, representa os princípios do processo educativo em suas dimensões cognitiva, cultural, ideológica, política e social. O currículo expressa os interesses dos grupos sociais e o modo que estes selecionam, classificam, organizam e avaliam a produção do conhecimento no cotidiano educativo. Portanto, a relação cultura e sociedade são representadas pela proposta curricular das instituições federais de educação ao organizar esta cultura, reproduzi-la e refletir as intenções, práticas, valores da instituição.

A proposta curricular do Instituto Federal zela pela integração das disciplinas, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização na definição dos objetivos e competências, dos conteúdos e práticas pedagógicas. Essa construção ocorre de forma coletiva e colaborativa, assegurando a autonomia, os saberes específicos, pedagógicos e das experiências dos profissionais, bem como a realidade local, regional e demandas sociais, buscando formar um estudante consciente do seu papel na sociedade, estimulando uma formação integral, onde o estudante reconheça seu potencial e seu valor, bem como do local onde vive.

O trabalho integrado entre as disciplinas é um dos princípios importantes da organização curricular no Instituto Federal, por compreender que favorece itinerários formativos que oportunizam aprendizagens e saberes efetivos para compreender a realidade e transformá-la em processos integradores, do ponto de vista curricular didático, pedagógico, em articulação com os processos cognitivos dos estudantes. Neste contexto, a relação teoria e prática são estabelecidas, possibilitando a apropriação dos conhecimentos de maneira sólida e dialógica com os diversos campos de conhecimento.

A proposta curricular do Instituto Federal pauta-se nos seguintes princípios:

1. Escolarização e formação profissional como direito de todos, em condições iguais de oportunidades e acesso aos bens culturais;
2. Desenvolvimento de habilidades e competências individuais e sociais, intelectual e política, visando ao exercício cidadão, autonomia, dignidade humana, inclusão social;
3. Criteriosa seleção dos conhecimentos sistematizados e criticidade da prática pedagógica, que valoriza as questões da diversidade cultural, questões sociais, geracionais, ambientais, étnico-raciais e de gênero;



4. Valorização dos arranjos socioprodutivos locais e regionais como meio de transformação econômica, cultural e social (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2015-2019).

O processo de elaboração da proposta curricular no Instituto Federal buscou traduzir as intenções e expectativas da comunidade acadêmica sobre o perfil de profissionais que pretendemos formar, objetivos e competências, conteúdos e métodos, formas organizativas do ensino por níveis, cursos, área de conhecimentos e disciplinas, numa visão prospectiva da aprendizagem.

Foram organizados em três momentos articulados entre si: proposta metodológica de construção institucional; elaboração e reformulação curricular por *campus*; e reconstrução dos planos de disciplinas por curso e por área. Para tanto, analisaram-se as orientações e normativas do sistema nacional de ensino e das diretrizes educacionais, para compreender e delinear a proposta curricular institucional. Em seguida, discutiram-se os princípios norteadores da formação desejada para o perfil dos estudantes e dos egressos, considerando o contexto sociocultural, contemplando as dimensões dos conhecimentos, habilidades, competências, procedimentos, atitudes e valores.

Nessa construção de proposta curricular, as formas de participação dos estudantes e das instâncias de organização e gestão foram consideradas, bem como as concepções e procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem no Instituto como um todo, bem como as particularidades de cada território, foram levados em consideração na construção desses currículos regionalidades a realidade dos estudantes e da comunidade em que a Instituição está inserida, proporcionando processos de ensino aprendizagem que façam sentido para os estudantes. Assim, a organização do currículo supera as disciplinas isoladas, com a integração e articulação dos conhecimentos prévios, num processo permanente de interdisciplinaridade e contextualização.

Utilizar conhecimentos de várias disciplinas, associados a questões ligadas ao território facilitarão a compreensão de uma situação-problema, obtendo uma integração de saberes, motivando os alunos a permanecerem na escola, uma vez que o conhecimento acadêmico está ligado à realidade. A contextualização do conteúdo traz importância ao



cotidiano do aluno, mostra que aquilo que se aprende em sala de aula tem aplicação prática. A contextualização permite ao discente sentir que o saber não é apenas um acúmulo de conhecimentos técnico científicos, mas sim uma ferramenta que os prepara para enfrentar adversidades. A fragmentação, a distância entre os conteúdos geram desinteresse ao discente, em decorrência da aprendizagem não ser significativa.

O Instituto Federal adota essa proposta como um de seus princípios metodológicos, pois esta permite estabelecer a relação entre as partes e o todo. A integração entre os saberes científicos, tecnológicos e culturais é o princípio para possibilitar que o planejamento e os diferentes sistemas de avaliação dialoguem entre si. O conhecimento pode ser socializado, (re)construído e ressignificado em novos saberes e paradigmas. O currículo é potencializado e analisado em rede com os envolvidos, com o contexto local e regional, e com a perspectiva de formação técnico humanística. Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social (Libâneo, 1994, p. 222).

Onde as atividades da práxis pedagógica envolvem o pensar, o fazer e a tomada de decisões referente à organização, funcionamento, avaliação do processo de ensino-aprendizagem, a autoavaliação institucional, articulando o contexto da comunidade e do aprendiz aos aspectos didático-pedagógicos, uma forma de prever os meios para que os resultados finais sejam alcançados em conformidade com a missão, as concepções, os princípios e as diretrizes estabelecidas institucionalmente. É uma maneira de antecipar os possíveis entraves que ameacem a qualidade das metas institucionais.

Desse modo, a práxis pedagógica tende a ser dinâmica e atenta às condições estruturais, sem perder de vista a necessidade de atender aos anseios da comunidade interna e externa, levando em consideração todos os aspectos da formação do estudante. Nesse sentido, precisa ser compreendida como o somatório entre planejamento, avaliação, organização didática e interdisciplinaridade, constitui-se em uma ação que considera questões políticas, culturais, sociais e econômicas como elementos que permeiam o processo educacional no Instituto Federal, tudo isso sem esquecer o contexto local onde o instituto está inserido.



A visão de currículo integrado defendida requer um pacto coletivo, no qual todos deverão elaborar seu planejamento, principalmente, os projetos políticos pedagógicos dos *Campi*, os planos de curso, os planos de ensino, os planos de gestão, o planejamento estratégico e demais documentos orientadores da prática educativa rumo à elevação da qualidade do processo ensino-aprendizagem, privilegiando o diálogo permanente, investigação, seleção e organização de ideias, as quais levam o discente a experimentar descobertas e adotar uma postura de questionamento frente a ciência, ampliando seus conhecimentos.

Ao docente, cabe a mediação entre o sujeito e o objeto da aprendizagem, propondo desafios, problematizações, investigações e conclusões, levando o aluno a mobilizar diversos recursos cognitivos. O docente faz intervenções intencionalmente planejadas, contemplando a adoção de estratégias apropriadas, discussão em grupos e a reflexão analítica.

O ensino é planejado em consonância com as características sociais, culturais e cognitivas, de modo a desenvolver o cidadão crítico, participativo, capaz de compreender e atuar na sociedade. Esses princípios, que orientam a educação profissional no Instituto, estão imbricados com sua proposta formativa, pautada em diretrizes que refletem as relações e políticas sociais, tais como as políticas de diversidade e inclusão que são primordiais para a formação de uma sociedade e de cidadãos implicados em reconhecer e respeitar as diferenças, entendendo a relevância dessas políticas para aceitação das diferenças.

4 A RELEVÂNCIA DAS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE PARA A ACEITAÇÃO DAS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:

Para falar sobre a relevância das políticas de diversidade para a aceitação das diferenças na educação como um todo e dentro da educação profissional é preciso desde o início deixar claro que a educação não é neutra. Ela tem um papel determinante na formação de cidadãos pensantes e críticos e que entendam e respeitem as diferenças,



deixando claro que a educação inclusiva não é o que muitos pensam, que se refere a uma educação especial. A educação inclusiva envolve uma educação da diversidade, do rico, do pobre, do negro, do branco, da educação especial, das pessoas com deficiência, das questões sexuais e de gênero, enfim, é a inclusão dos excluídos.

A educação para a diversidade deve ser o elo de humanização entre os personagens da escola, inclusive os documentos institucionais da escola devem contemplar em sua formação a educação inclusiva, aceitando e respeitando as diferenças, e essa deve seguir dentro da educação profissional os mesmos moldes já traçados para a educação básica. O processo educativo deve acontecer de forma a acomodar a bagagem que o aluno já traz com o que a escola vai desenvolver nele, por isso o conhecimento deve ser flexível e se adequar à realidade do estudante, toda instituição de educação precisa repensar seus conceitos e metodologias e efetivar a educação inclusiva.

Do ponto de vista acadêmico, é fundamental fazer uma reflexão sobre a prática da diversidade em todas as suas possibilidades, sua importância para o desenvolvimento do cidadão e para o fortalecimento do direito de respeito às particularidades e singularidades. O envolvimento de todos os sujeitos do contexto escolar, em conjunto com a sociedade é condição necessária para que a educação inclusiva aconteça no cotidiano das escolas, lembrando que não basta apenas inserir no contexto escolar, sendo necessário o seu acompanhamento e de suas necessidades para que aconteça a inclusão – o aluno precisa se sentir parte daquele ambiente, se sentir respeitado em suas individualidades.

Desse modo, dentro da comunidade acadêmica é fundamental falar sobre a diversidade, dialogando dentro dos espaços da escola focando no respeito às diferenças, a importância em abordar conceitos como o da diversidade nas escolas é primordial para promover uma educação mais inclusiva e uma sociedade mais unida a comunicação entre os agentes desse espaço, facilitando o trabalho em equipe, evitando sofrimento e constrangimento, melhorando o ambiente e contribuindo para o trabalho de toda gestão.

Uma vez que a diversidade é o conjunto de pessoas múltiplas que integram um todo, ela está intrínseca em nosso cotidiano, tendo como base essa multiplicidade, a diversidade



nos possibilita oportunidades de aprendizagem diárias, de diferentes formas, colocando em prática as várias competências e habilidades, exercitando durante a prática do respeito a essa diversidade a empatia, a inteligência emocional e a compreensão. É importante ressaltar que essa é uma questão complexa dentro da sociedade, e que ainda é objeto de muito debate, principalmente porque se trata de um bem mais precioso que é a vida. É preciso, então, que haja respeito às diversas nuances da existência humana para que assim tenhamos uma sociedade realmente inclusiva.

A proposta de uma educação inclusiva passa, então, a ser discutida enquanto processo de reflexão e prática dentro dos Institutos Federais, tendo por finalidade abarcar todos os tipos de estudantes, dando-lhes condições de aprendizagem e subsídios para que se mantenham no universo da escola regular. A educação inclusiva na educação profissional não faz distinção entre os seres, estabelecendo critérios de respeito entre as diferenças. As políticas de diversidade e inclusão é um tema importante que deve ser discutido no contexto acadêmico da educação profissional, ela está a serviço da variedade de pessoas, dentro dos mais variados contextos que existem na sociedade, de modo que as instituições de ensino promovam a inclusão e o respeito a todas as pessoas, independentemente de sua diferença, como está escrito no dicionário Aurélio, diversidade é diferente, distinto, não é igual é diversificado, em determinado aspecto ou contexto.

No contexto educacional, o que mais observamos é sobre e a diversidade cultural que passa pelos costumes, pela religião, pela culinária, vestimentas. e no Brasil, como sabemos da nossa história sabemos o quanto é diverso, dessa forma os currículos da educação básica ou profissional tratam da diversidade cultural reconhecendo-a e valorizando, superando discriminações, atuando em mecanismos de exclusão, é imperativo ao trabalho educativo, buscando vencer a discriminação que impera, quando falamos sobre diversidade, uma vez que essa diversidade não é ressaltada por todos os educadores dentro da escola, há muita omissão dentro do contexto escolar.

Dentro dos Institutos Federais o respeito à diversidade busca a superação das desigualdades como elementos primordiais para toda a comunidade acadêmica, a



valorização da diversidade seja ela qual for deve estar presente na educação em todos os níveis da educação, não sendo diferente dentro da educação profissional. No entanto, na educação profissional o fato de lidarmos com cursos técnicos, com docentes, formadores de opinião que não tiveram em sua formação componentes, como psicologia da educação e didática que tratam da formação cidadã, acabam por não ter o devido cuidado no que se refere às questões ligadas a diversidade, consolidando mentalidades e atitudes no seu cotidiano de manifestações discriminatórias, levando a casos de desrespeito e em muitos casos situações perversas.

Sendo o professor uma referência dentro do ambiente escolar, posturas preconceituosas acabam por formar estudantes também preconceituosos e limitados quanto a diversidade dentro do ambiente escolar. A escola é um importante instrumento para combater a discriminação, infelizmente em relação às diversidades os casos de preconceito, desrespeito são históricos, casos que não deveriam mais existir no século XXI acabam acontecendo de forma corriqueira, dentro das escolas, por servidores, estudantes e pais. O espaço da escola deveria ser o espaço onde a diversidade fosse celebrada, colocada sempre como um ponto de união entre os sujeitos que estão se formando nesse espaço, uma vez que a escola está a serviço da formação do cidadão, não apenas do estudante.

Os profissionais da educação devem estar atentos para combater a discriminação, analisando e trabalhando pelo respeito a diversidade, e fortalecendo a educação inclusiva, lançando mão de debates, discussões, utilizando conteúdos que levem a discussão o respeito as diferenças, atuando no combate a valorização do sujeito, suas especificidades, lembrando que a omissão dos professores dentro das salas de aula pode trazer situações graves nas relações interpessoais dentro da escola. O estudante que está num ambiente que não tenha claro que somos todos iguais nas diferenças não conseguirá socializar bem nos ambientes em que tiver que socializar com as diversidades, considerar a diversidade faz parte da construção de uma identidade nacional que é criada e recriada continuamente, com a capacidade diversa que o ser humano possui.



A diversidade é olhada em muitos momentos como algo equivocado, partindo do julgamento de pessoas que se sentem superiores, ou que entendam que as diferenças não são o senso comum e por isso não devem ser aceitas. Uma vez que determinada pessoa não se enquadra no que é visto como o “correto”, estabelecido pelo contexto social, não deve ser aceito, reforçando o traço discriminatório em muitos casos até de covardia por determinados sujeitos em seus julgamentos diante do que não está dentro do politicamente correto, o que é uma pena, uma vez que a diversidade vai além do reconhecimento de que o outro é digno, que é diferente de mim e por isso deve ser reconhecida em sua plenitude.

A existência de modos diversos de ser humano, de pensar, de agir, de atuar, de refletir favorece o aumento do nosso patrimônio, das alternativas, fugindo das limitações de sermos iguais, seguirmos padrões preestabelecidos para todos, termos os mesmos gostos e pensamentos. O que nos faz únicos é exatamente termos cor de pele diferente, religiões diferentes, orientações sexuais diferentes, esses vários modos de ser contribuem na verdade para o crescimento e multiplicidade dos povos, em que as características de cada um reforça o fato de não sermos homogêneos, o que não podia ser diferente uma vez que temos diferentes etnias, diferentes culturas, classes sociais, sexualidades diferentes dentro do contexto social plural.

Dessa forma, as políticas de diversidade e inclusão dentro da rede federal de ensino são relevantes na definição das diferenças e semelhanças, ajudando a reconhecê-las e respeitá-las, apresentando os múltiplos aspectos que se diferenciam entre si, que levam a formação da identidade individual e de um povo, reforçando a necessidade de aceitação do que é diferente, heterogêneo e diverso, intensificando o reconhecimento do outro, principalmente num país como o nosso, extenso em território e com povos de diferentes origens, valorizando a diversidade e possibilitando que diversas narrativas possam ser viabilizadas forma ampla.

A escola é com certeza um espaço onde se pode ter essa visibilidade, levando a formação de conhecimentos sobre as políticas de diversidade e o quanto são indispensáveis para o fortalecimento de uma sociedade diversa, abarcando nas políticas



questões legais, econômicas, culturais e políticas, vislumbrando combate a qualquer tipo de discriminação, humilhação e desrespeito, buscando a construção de uma sociedade mais justa e solidária por meio de ações e programas. As políticas de diversidade e inclusão são primordiais no cotidiano da escola para o desenvolvimento de ações pedagógicas que promovam a igualdade de direito e de condições para todos, sem distinção de idade, gênero, etnia, raça ou orientação sexual.

Uma vez que já sabemos a relevância das políticas de diversidade para a educação, é importante destacar alguns documentos que são basilares na construção da educação profissional, com vistas às políticas de diversidade e inclusão, o documento que citarei aqui é a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano. Essa política é o documento institucional que embasa o desenvolvimento de programas e ações que visam melhoria na qualidade educacional, na formação de valores, a igualdade no tratamento e de oportunidades, a partir de programas que, estruturados no tripé ensino, pesquisa e extensão, atendendo as dimensões referentes às habilidades técnicas, sociais e cognitivas.

Aprovada em 2012, a Política de diversidade e inclusão do IF Baiano, compreendendo a necessidade de transformação cultural na formação técnica e tecnológica, de uma cultura inclusiva demandou de gestores e de toda a comunidade mudanças, para tanto os estudos para a criação da política de diversidade na instituição partiram da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada em 2007, essa política previa que:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. (MEC/SEESP, 2007, p.12).

Partindo assim de documentos que atendam às questões éticas e políticas com



fundamentação teórico-práticas, assegurando programas institucionais que respeitem o previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, que garante educação de qualidade para todos, independente de gênero, de questões sexuais, de etnia, raça, pessoas com deficiência, indígenas e pessoas em desvantagem social. Uma vez inserido na escola, não apenas matriculado, é preciso que dentro da educação em todos os níveis, inclusive na educação profissional deve se garantir a permanência e êxito no percurso formativo, de modo que quando saiam da escola estejam preparados para serem incluídos no mundo do trabalho, na continuação da formação acadêmica, como multiplicadores das ações previstas nas políticas de diversidade e inclusão em todas as suas peculiaridades.

Como previsto no plano de desenvolvimento institucional, o IF Baiano tem como missão preparar pessoas para o exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento do país, e isso inclui discutir a implantação de ações de grupos historicamente excluídos, promovendo valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, fomentando ações sensibilizadoras nos *Campi*, e na comunidade acadêmica e civil, tais como aquisição e elaboração de recursos didáticos, adaptação de currículos, inclusão de temáticas ligadas à História e Cultura Afro-brasileira, utilização da língua brasileira de sinais, Libras, estratégias e procedimentos que visem o atendimento educacional especializado, questões de gênero e orientação sexual, para articular todas essas ações a política de diversidade e inclusão do IF Baiano criou diversos programas.

Esses programas foram criados para potencializar e possibilitar a equidade educativa, a permanência e êxito nos processos dos estudantes que ingressam na Instituição, defendendo o direito à dignidade humana, seus direitos, independente de necessidade específica, orientação sexual, etnia/raça, realidade socioeconômica, cultural e costumes. Dentre alguns programas estão os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Programa de Assistência Estudantil (PAISE), Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos (NAPRA) e o Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (NEIMU). A Política de Diversidade e Inclusão prevê ainda que, em cada *campi*, seja



implantada uma comissão multiprofissional para acompanhamento e implementação dos programas, seguindo os regimentos instituídos pela Reitoria e aprovados pelo Conselho Superior do IF Baiano, respeitando os contextos e as necessidades regionais.

Partindo do pressuposto de que a educação é uma das maiores vias para se exercer a prática dos direitos humanos, esses programas passam por atualizações, revisões e também são criados outros programas por finalidade atender a determinado grupo excluído ou não atendido nos programas já estabelecidos, discutindo documentos que deem embasamento legal e que criem subsídios para a implantação e implementação de regimentos que incluam e privilegiem as diversas diferenças, sendo relevantes para a aceitação das diferenças dentro dos Institutos Federais, e da educação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, passam a fazer parte indissociável da educação nacional, na autonomia que lhes é conferida, traduzem a realidade com que dialogam, regional e localmente, considerados em sintonia com o global, na perspectiva de um crescimento região sustentável. Os Institutos Federais são mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da política pública de educação profissional brasileira, produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das regiões onde estão inseridos.

Os Institutos Federais, como instituições socialmente referenciadas e geolocalizadas, dialogam com os sujeitos que constroem a realidade socioeconômica e cultural brasileira para construir formas próprias de educação que respondam às demandas de grupos sociais. Alimentados de princípios e valores, que colhem da cidadania e da ética, o papel central desses institutos em seu fazer pedagógico, no tratamento estreito que travam com ciência-tecnologia-cultura, estabelecendo interlocução permanente com setores difusores da tecnologia e colaborar significativamente com áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.



A realidade que se vislumbra com esses Institutos Federais é que eles constituem um marco nas políticas para a educação no Brasil, pois revelam uma dimensão da educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação. Na esquina do tempo, essas instituições de educação pública podem representar o desafio de um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento, trazendo colaboração substantiva para todos os níveis e modalidades de ensino de que se ocupam, indo além de questões práticas e técnicas, valorizando e respeitando os sujeitos, entendendo que as diferenças devem ser vistas como algo a fortalecer as relações dentro e fora do contexto acadêmico.

Assim, diante do currículo integrado, pensando nos aspectos regionais e locais as políticas de diversidade e inclusão chegam para fortalecer ainda mais a missão dos Institutos Federais, valorizando a educação, a região onde estão, a formação de estudante crítico e participativo, o combate à desigualdade e a valorização das diferenças, é importante ao final desse artigo reforçar a evolução dos Institutos Federais em relação às políticas de diversidade e inclusão. Ao longo desses 15 anos da rede federal, é clara a evolução da rede no que diz respeito a essas políticas, ao cuidado com os sujeitos, a formação de estudantes preparados para o mercado de trabalho, mas também sensível às diferenças. Aliás, esse cuidado se estende a toda a comunidade acadêmica, uma vez que a rede não se limita aos estudantes, como também aos docentes e aos profissionais da educação.

6 REFERÊNCIAS:

FERREIRA, A. B. D. H. (2004). **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** In *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (pp. 2012-2012).

Lei de criação dos Institutos Federais, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm, acesso em 20 de setembro de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.



Plano de Desenvolvimento Institucional, disponível em:
<<https://ifbaiano.edu.br/portal/pdi/>>, acesso em 13 de setembro de 2023.

Política de Diversidade e Inclusão IF Baiano disponível em:
<<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/urucuca/files/2018/02/8.-Pol%C3%ADtica-da-Diversidade-e-Inclus%C3%A3o.pdf>> , acesso em 10 de setembro de 2023.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>, acesso em 02 de setembro de 2023.